

A GESTÃO DO ECOTURISMO E A SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS NA OPERAÇÃO DO ECOTURISMO NA FAZENDA RIO NEGRO NO PANTANAL DO MS

Reinaldo Lourival

Diretor Sênior para o Pantanal do Instituto Conservation International do Brasil – CI-Brasil, r.lourival@conservation.org.br

Alexandre Curvelo de Almeida Prado

Gerente de Ecoturismo do Instituto Conservation International do Brasil – CI-Brasil
a.prado@conservation.org.br

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO

2.0 METODOLOGIA

3.0 REVISÃO CONCEITUAL

4.0 ECOTURISMO NA FAZENDA RIO NEGRO

5.0 SUSTENTABILIDADE DO ECOTURISMO NA FAZENDA RIO NEGRO

6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

RESUMO

O ecoturismo é entendido, neste estudo, como uma atividade fundamental para a valorização e a proteção de áreas ambientalmente frágeis, por meio da visita monitorada e da educação ambiental dos turistas. A fragilidade e a singularidade ambiental da área estudada – o Pantanal do Mato Grosso do Sul, tornam a compreensão da atividade ecoturística uma necessidade, a partir da qual se poderá direcionar o seu uso sustentável.

Este trabalho está dividido em três partes: uma de fundamentação teórica sobre o tema ecoturismo, entendendo-o como um nicho de mercado do setor de viagens; uma de circunscrição sobre a área de estudo e a forma de operação do empreendimento Fazenda Rio Negro, com uma breve caracterização da demanda; e uma terceira, que analisa a sustentabilidade do negócio ecoturístico como uma alternativa para o Pantanal.

Ao final, os resultados da pesquisa indicam que alguns padrões de sustentabilidade são mensuráveis e apontam para o alcance das metas propostas quando da aquisição da área pelo Instituto Conservation International do Brasil. Entende-se, também, que a gestão empresarial idealizada sobre os parâmetros do desenvolvimento sustentável é factível em negócios relacionados ao ecoturismo e que, portanto, deve ser considerada na avaliação de eficiência dos empreendimentos focados neste nicho de mercado.

PALAVRAS-CHAVE

Ecoturismo, impactos do ecoturismo, desenvolvimento sustentável, negócio sustentável

1. INTRODUÇÃO

O ecoturismo, ou a viagem que procura um contato maior com a natureza e com a comunidade é, inegavelmente, um dos maiores fenômenos do final do século XX, indicando o elevado grau de urbanização atingido pela sociedade neste período e, ao mesmo tempo, reafirmando a necessidade de um ambiente saudável para se viver. Neste sentido, o Brasil apresenta um quadro de evolução de urbanização impressionante, passando de uma população eminentemente rural, no final dos anos 1940, para um dos países mais urbanizados do mundo, já no ano 2000.

Devido a tal evolução, o número de pessoas que procuram as áreas naturais protegidas para ter um contato maior com o meio ambiente preservado aumenta anualmente e só tende a crescer nas próximas décadas. No entanto, não há como “produzir” mais espaços preservados. Não é possível recriar ou recuperar os espaços naturais “perdidos” como a Mata Atlântica, que hoje se restringe a 5% do que era originalmente. Ao mesmo tempo, está se tornando comum chegar a uma cachoeira e ter que ficar na fila para tomar banho! Sem contar o lixo e a sujeira que vão se acumulando, até que venha uma enxurrada e leve tudo para o mar.

Assim, a gestão sustentável das atividades relacionadas ao ecoturismo torna-se uma questão crucial que está sendo estudada em diversas áreas de proteção ao redor do mundo que enfrentam, basicamente, a mesma dificuldade, de como direcionar a visita às áreas ambientalmente frágeis com o máximo de satisfação para o ecoturista, o mínimo de impacto para o meio ambiente e com uma boa relação de custo/benefício para o empreendedor.

Entende-se, por fim, que a conservação da natureza e, conseqüentemente, a existência de áreas protegidas bem estruturadas e eficazes nos seus objetivos conservacionistas, além de importantes para a própria sobrevivência do ser humano, são uma oportunidade de mercado. As áreas protegidas devem, portanto, apresentar resultados práticos para a preservação de ambientes frágeis. Na verdade, em longo prazo, a gestão eficiente do patrimônio ambiental conjugado com a geração de benefícios sociais e no equilíbrio econômico são as únicas metas possíveis num caminho longo chamado “desenvolvimento”.

2. METODOLOGIA

Primeiramente fez-se uma revisão bibliográfica dos temas vinculados ao tema do trabalho como: ecoturismo, sustentabilidade, impactos do ecoturismo e indicadores de sustentabilidade, dentre outros. Com isto identificaram-se e selecionaram-se os padrões conceituais bem como *cases* que focavam na mesma temática. Numa fase subsequente foram realizadas pesquisas *in loco*, com a aplicação de questionários – junto aos visitantes e à comunidade, e com observações das alterações decorridas devido ao desenvolvimento do ecoturismo na Fazenda Rio Negro.

Ao final, avaliaram-se os resultados alcançados na gestão do negócio ecoturístico confrontando-os com as premissas da própria atividade do ecoturismo e das de sustentabilidade.

3. REVISÃO CONCEITUAL

3.1. Turismo Sustentável

O setor do turismo, assim como diversos outros setores econômicos, foi diretamente afetado pelos novos rumos na forma de desenvolvimento apregoado nas últimas décadas do século

XX qual seja, a de desenvolvimento sustentável. Apesar do setor ter nos elementos naturais um dos seus principais atrativos, acompanhou as linhas desenvolvimentistas correntes na sociedade como um todo, até chegar à definição do que envolve o turismo sustentável. Para a Organização Mundial de Turismo - OMT, o turismo sustentável deve seguir 15 princípios (OMT, Carta de Lanzarote, 1995), dentre os quais destacam-se:

- ✓ O desenvolvimento do turismo deve ser baseado no critério da sustentabilidade, ou seja, deve ser ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais;
- ✓ A sustentabilidade natural no turismo exige a integração deste com o meio ambiente natural, cultural e humano, devendo respeitar a frágil balança que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular, pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis.

Desta forma, até que a humanidade começasse a olhar o meio ambiente como um recurso finito, e não infinito, o crescimento do turismo, notadamente nos países desenvolvidos, ocorreu de uma maneira, basicamente, predatória. Para Krippendorf (1998:123) tal fato é facilmente identificável nos centros turísticos que despontaram em todo o mundo – principalmente na Europa e EUA, entre os anos 1950 e 1970, os quais visavam o maior lucro no menor espaço de tempo possível, sem levar em conta as peculiaridades e potenciais impactos da atividade turística.

É claro que, devido ao seu extraordinário crescimento neste período – 655,34% total ou 9,86% a.a., o setor começou a despontar como um dos mais promissores, acarretando em maiores efeitos, positivos e negativos, para a sociedade como um todo, que começou a entender, então, que fazer turismo nem sempre é “um mar de rosas”.

Para Swanson (apud Ceballos-Lascuráin, 1996: 26), “o paradigma social dominante durante este período apregoava que o progresso e a prosperidade eram mais importantes que a natureza, não reconhecendo limites para o crescimento e acreditando que a sociedade atual era superior a todas as anteriores”. Assim, com uma consciência maior em relação ao meio ambiente e dos problemas relacionados à atividade turística, começaram a surgir os primeiros limites e estudos de como direcionar o turismo de uma forma menos predatória, acompanhando a evolução do debate sobre o conceito geral de desenvolvimento sustentável.

No entanto, apesar de atualmente tal conceito ser bastante disseminado por muitas destinações turísticas tradicionais, raramente é colocado em prática, sendo utilizado, segundo Butler (apud Hall & Lew, 1998: 25), em apenas três funções: econômica, relações públicas e marketing. Para o autor, quando é perceptível a necessidade de redução no volume de turistas, acarretando numa menor receita turística, com a geração de menos empregos, a noção de sustentabilidade se restringe apenas à de viabilidade econômica, deixando de lado, por exemplo, os aspectos ambientais e sociais. Para Ruschmann (1998: 133), encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente não é tarefa fácil, principalmente porque o seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada – que ainda não se encontrou no Brasil, e em vários outros países.

De fato, um dos problemas da implementação do conceito de turismo sustentável é a própria amplitude do fenômeno turístico, que abrange desde o simples pescador até uma grande rede multinacional da área de hotelaria. Desta forma, falar de turismo sustentável independentemente da produção de outras atividades ou processos, é filosoficamente contra a verdadeira natureza do conceito, bem como irreal (Croall apud Butler in Hall & Lew, 1998:

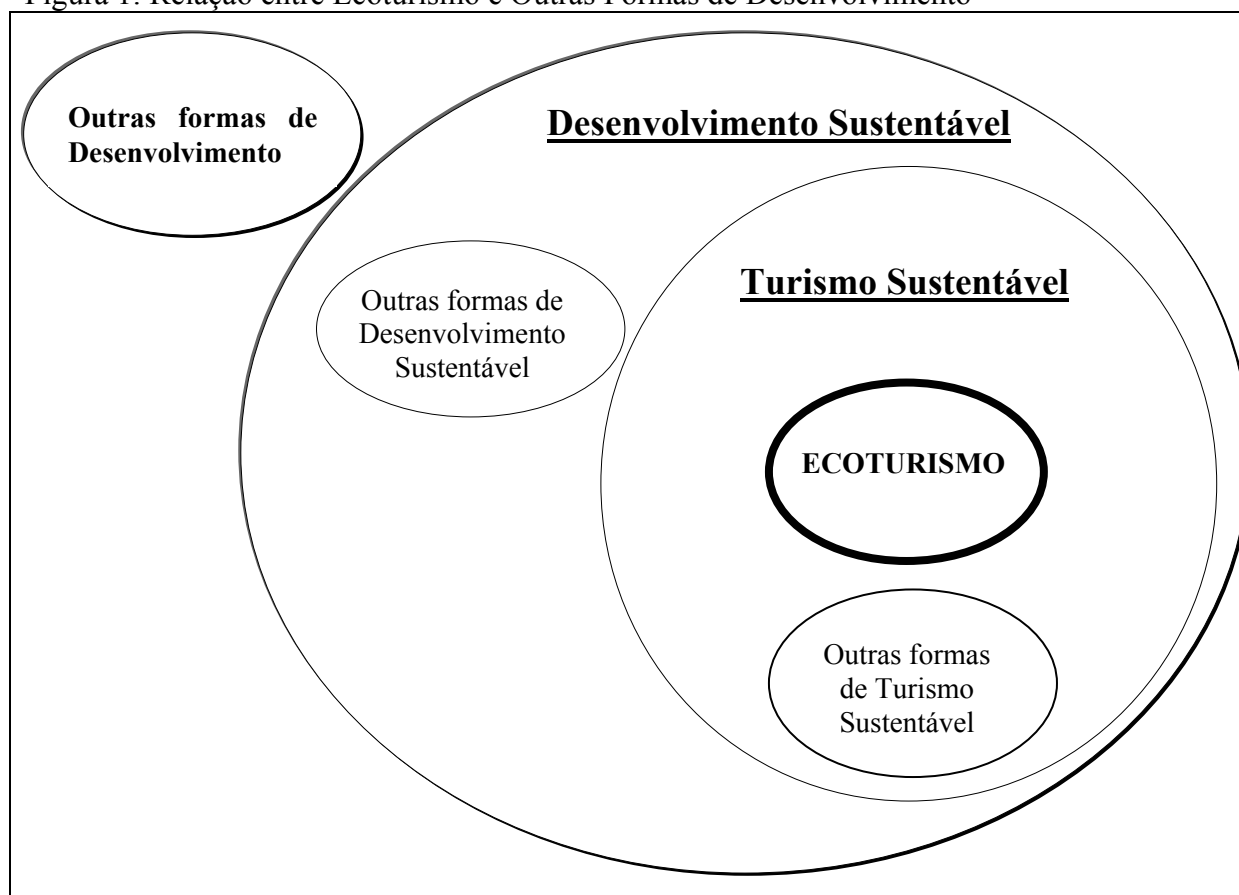
28). Compreende-se, então, que para uma implantação de fato do turismo sustentável, não basta apenas um dos prestadores de serviços turísticos ter isto como meta, mas é necessário que todos os envolvidos naquela destinação adotem os princípios da sustentabilidade.

É neste contexto que se insere o ecoturismo, tido como um nicho mais específico no mercado do turismo e que por conceito e definição deve atender não só aos parâmetros relacionados ao turismo sustentável, mas também aos de educação ambiental e de baixo impacto, dentre outros.

3.2. Ecoturismo

O ecoturismo surgiu nos anos 1980, num momento em que as idéias e proposições para o desenvolvimento de formas alternativas de turismo já se encontravam bem disseminadas, e que se multiplicavam pelo mundo os estudos e as experiências dessa área. Quando Ceballos-Lascuráin (apud Diamantis, 1999: 96) definiu ecoturismo, como “as viagens para áreas naturais intocadas ou relativamente intocadas com o objetivo de estudo, contemplação e gozo do cenário e da fauna e flora silvestre, assim como de qualquer manifestação cultural (passada ou presente) encontrada nestas áreas” – estava querendo diferenciá-lo do conceito de turismo sustentável, compreendendo o ecoturismo como uma ferramenta deste (ver figura 1). Ou seja, enquanto a noção de turismo sustentável apregoa uma mudança nos padrões de produção, o ecoturismo, como uma especificação da sustentabilidade, tem nos atrativos naturais preservados seu ferramental básico para que ocorra.

Figura 1: Relação entre Ecoturismo e Outras Formas de Desenvolvimento



(Fonte: Prado, 2001)

Neste estudo utilizar-se-á a definição criada pelo Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR em 1995, que entende ecoturismo como “... o segmento da atividade turística

que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.”

Ao mesmo tempo, serão adotados os princípios que Pires (1998: 76-77) identificou como fundamentais para que qualquer ação ou atividade que almeje o status de ser considerada “ecoturismo”, deve possuir: (a) ênfase na natureza e nos aspectos culturais autênticos; (b) minimização dos impactos ambientais; (c) envolvimento e geração de benefícios para as comunidades locais; (d) difusão da consciência ecológica através da educação ambiental; e (e) compromisso com a conservação da natureza.

3.3. Impactos do Ecoturismo

Apesar de estar intrinsecamente relacionado com o meio ambiente natural e cultural preservados, o ecoturismo, assim como qualquer atividade desenvolvida pelo homem, causa impactos, entendidos como “qualquer alteração, positiva ou negativa, de uma dada situação” (São Paulo apud Glossário, 2000: 17).

Salienta-se que, para o desenvolvimento deste projeto, valeu-se da definição de “impacto” utilizada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, supracitada, entendendo-o como positivo e/ou negativo.

A capacidade de gerar impactos, não é exclusiva da atividade turística, ao contrário, está relacionada à quase todas as atividades econômicas humanas e são identificados, no turismo, como econômicos, sócio-culturais e ambientais. Assim, destaca-se que apesar de serem bastante abrangentes e diferentes entre si, apresentam ao menos uma característica comum, a difícil mensuração. Tal fato é agravado, segundo Ceballos – Lascuráin (1996: 48), pela falta da coleta sistemática de dados pelo setor privado, governos e organizações do setor que, muitas vezes, são responsáveis pela gestão das áreas onde se desenvolve o ecoturismo, ou seja, nas áreas naturais protegidas.

Vale a pena ressaltar o que Nelson (apud Diamantis, 1999: 105), entende como a triste semelhança existente entre o ecoturismo e outras formas de turismo que é o excesso de “turismo-centrismo” nos processos de desenvolvimento, ou seja, muita importância para os aspectos econômicos e descaso com os ambientais e sócio-culturais. Para o autor, é imperativo salientar que as metas, as perspectivas e as oportunidades para o ecoturismo são definidas em termos econômicos, sociais e ambientais, e opera em função destes termos, que variam de acordo com as singularidades de cada destino ecoturístico. Desta forma, o que se espera, é que o “turismo se adeque às necessidades da natureza, não que a natureza se ajuste às necessidades do turismo ou, adotando o jargão econômico, o ecoturismo deve ser dirigido pela oferta não pela demanda” (Figgis apud Diamantis, 1999: 104).

Dentre os diversos estudos relacionados ao tema de “impactos do ecoturismo”, destaca-se o de Elizabeth Boo realizado em 1990 para o World Wildlife Fund – WWF, onde se faz uma comparação entre o desenvolvimento do ecoturismo e os seus impactos em diversos países da América Latina. A autora (1990:09) chama a atenção para dois fatores: o nível de abrangência e a forma de ocorrência do ecoturismo. Para o primeiro, que pode variar de nacional, regional / local e entre parques, destaca que interfere profundamente nos impactos do ecoturismo em termos econômicos, ecológicos e sociais que diferem significativamente de acordo com sua escala. Exemplifica, o segundo, com a diferença entre as altas densidades de veículos que, para avistarem os grandes animais, necessitam entrar nas áreas protegidas e que são parte do ecoturismo, assim como uma caminhada solitária por uma área silvestre.

Aprofundando na identificação de alterações provocadas pelo ecoturismo, Kuss et al. (apud Magro, 1999: 28) identificaram 05 (cinco) princípios genéricos ligados aos impactos da recreação pública em áreas naturais preservadas relacionados, sobretudo, à vegetação, ao solo, aos recursos hídricos, à vida selvagem e à qualidade da visitação, quais sejam: as inter-relações de impacto, as relações uso – impacto, a variação de tolerância para impactos, as influências específicas de atividades e as influências específicas do local.

Fica claro, portanto, que o sucesso financeiro de uma atividade ecoturística pode constituir-se numa pressão sobre os aspectos sociais e ecológicos. Às vezes pode ser difícil manter um número sustentável de visitantes e satisfazer as necessidades econômicas dos gestores, das populações locais, que se beneficiam do ecoturismo e das operadoras turísticas, que visam a potencialização dos lucros.

4. ECOTURISMO NA FAZENDA RIO NEGRO

4.1. Evolução

A Fazenda Rio Negro - FRN, situada a 120 km da cidade de Aquidaua no Estado do Mato Grosso do Sul, vem desenvolvendo atividades de recepção de visitantes desde meados de 1990, ainda sob a gerência da Família Rondon, quando a pecuária deixou de ser rentável e se necessitava de uma nova alternativa econômica. O fato é que desde aquele período os responsáveis pela Fazenda compreenderam que a forma usual de exploração da área – a pecuária extensiva, deixava de ser financeiramente sustentável devendo-se, portanto, buscar-se uma outra opção: o ecoturismo.

Com a aquisição da FRN pela Conservation International do Brasil, em 1999, tal alternativa apresentou-se como ideal pelo seu potencial de integração entre uma atividade econômica e o objetivo principal da organização, qual seja, a conservação do meio ambiente. Deve-se notar que o Instituto Conservation International (CI) é uma organização não governamental dedicada à conservação e uso sustentado da biodiversidade que vem atuando no Brasil desde 1988. Assim, delineia estratégias que promovam o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis, compatíveis com a proteção dos ecossistemas naturais, sempre levando em consideração as realidades locais e as necessidades particulares das comunidades.

Entendeu-se, portanto, que a recepção de visitantes valoriza a sociedade local, não só através da preservação de sua cultura, mas também pela possibilidade da geração de oportunidades econômicas, podendo equilibrar ganhos econômicos com benefícios ambientais e sociais concernentes, então, ao princípio do desenvolvimento sustentável.

Portanto, já no início do ano 2000 a recepção de visitantes passou a ser incentivada notando-se que, simultaneamente, criou-se uma reserva particular (ocupando 90% da área total da Fazenda) e desestimulou-se a atividade agropecuária. Melhora da infra-estrutura, adequação dos equipamentos, aquisição de mobiliário e etc., foram algumas das melhorias que ocorreram desde então. Ao mesmo tempo, elaborou-se uma parceria com o Earthwatch Institute – EWI, na qual se estabeleceu um convênio para o incentivo à pesquisa científica na área da Fazenda Rio Negro. Para tanto, construíram-se mais quatro alojamentos, uma sala de trabalho/estudos e um laboratório para pesquisa com equipamentos específicos.

5.2. Atividades Desenvolvidas

Basicamente, podem-se descrever as atividades desenvolvidas na Fazenda Rio Negro como de: (1) ecoturismo, (2) pesca esportiva (sistema de pesque e solte) e (3) turismo científico.

5.2.1. Ecoturismo

As atividades relacionadas ao ecoturismo são: passeios de veículos traçados (jeeps), caminhadas, observação da fauna e da flora, cavalgadas, passeios de caiaque ou botes de alumínio e outras direcionadas ao ecoturista.

1. Passeios de Veículos Traçados (Jeeps)

Os passeios em veículos traçados (*jeeps*) ocorrem em estradas internas, preparadas para a passagem deste tipo de veículo, com duração média de aproximadamente 04 horas. São acompanhados por guias especializados que passam aos visitantes informações sobre a fauna e a flora pantaneira. Trata-se de uma pequena amostra do meio ambiente local, atentando-se às fragilidades ambientais – como espécies endêmicas, por exemplo, e às ameaças – como fauna em risco de extinção, etc.

2. Caminhadas

As caminhadas se desenvolvem em trilhas específicas para tal fim, monitoradas permanentemente pela gerência da Fazenda. Têm duração média de 03 horas sendo, sempre, acompanhados por guias especializados que passam aos visitantes informações sobre o ambiente visitado. Deve-se destacar que há um limite de, no máximo, 10 turistas com 01 guia visando-se, desta forma, o acompanhamento constante das atividades ocorridas no decorrer do trajeto.

3. Cavalgadas

As cavalgadas se desenvolvem em trilhas preparadas para tal tipo de passeio e estão estreitamente relacionadas com a compreensão, por parte do visitante, da cultura e da sociedade na região do Pantanal. Desta forma, torna-se numa excelente ferramenta na valorização da “cultura pantaneira” relacionada, sobretudo, com a conservação do meio ambiente. Tal atividade tem duração média, em geral, de 04 horas sendo sempre acompanhado por guias especializados e por peões residentes na Fazenda Rio Negro.

4. Passeios de Caiaque ou Botes de Alumínio

Os passeios de caiaque e/ou botes de alumínio ocorrem pelo Rio Negro e seus afluentes, sendo focados no entendimento do ambiente aquático da região do Pantanal. Têm duração média de 04 horas sendo sempre acompanhados por guias especializados.

5. Outras Atividades Direcionadas ao Ecoturista

As demais atividades direcionadas ao ecoturista são, basicamente, palestras sobre o meio ambiente na região do Pantanal e rodas de terere – com a transmissão de conhecimento sobre a cultura local. Têm duração média de 03 horas sendo, sempre, acompanhados por guias especializados.

5.2.2. Pesca Esportiva (Sistema de Pesque e Solte)

As atividades relacionadas à pesca esportiva – no sistema de pesca e solte, ocorrem no Rio Negro e seus afluentes. Têm duração média de 04 horas sendo sempre acompanhadas por guias especializados que monitoram, com instrumentos específicos para tal fim, as espécies capturadas e soltas, para posterior estudo sobre a dinâmica das espécies na região. A partir de 2003 iniciou-se também, em conjunto com o Earthwatch Institute, uma avaliação sobre o impacto de tal atividade sobre as espécies capturadas objetivando a minimização dos impactos sobre a fauna local.

5.2.3. Turismo Científico

Um dos objetivos da aquisição da Fazenda Rio Negro foi a criação de uma unidade de conservação que servisse como fonte e apoio para pesquisas científicas na região do Pantanal Mato-grossense. Para tanto, além da criação da RPPN, com 7000 hectares, implantou-se o Centro de Pesquisa para Conservação da Biodiversidade, parceria do CI-Brasil com o Earthwatch Institute, que apóia pesquisadores de diversas instituições como: a UNESP, a UNB, a UFMS, a UFRJ, o FIOCRUZ, dentre outras, em pesquisas com fauna (aves, onças pintadas, morcegos, pecarídeos, lontras, ariranhas e outros) e flora (habitats aquáticos e frugivoria). Nota-se que todas as pesquisas supracitadas obtiveram, quando necessário, as autorizações dos órgãos ambientais pertinentes, principalmente, do IBAMA.

As atividades de turismo científico ocorrem com a visitação de voluntários, em geral, estrangeiros, que acompanham os pesquisadores nas atividades de campo e de laboratório. São grupos de até 14 pessoas que se dividem conforme a atividade e o pesquisador, raramente ultrapassando mais do que 03 voluntários por pesquisador quando se faz o levantamento *in loco*.

Deve-se destacar que todas as atividades que ocorrem na área visam atingir, em longo prazo, a sustentabilidade do empreendimento garantindo, de uma forma equilibrada, a preservação ambiental, a valorização da comunidade e o retorno econômico. Assim, desde que o Instituto Conservation International do Brasil adquiriu a Fazenda, direcionaram-se esforços e recursos, principalmente, para: (i) a melhoria da infra-estrutura básica – esgotamento, abastecimento e lixo; (ii) a ampliação da conservação, com a criação da RPPN e da brigada contra incêndio, por exemplo; e (iii) na melhoria da estrutura receptiva, qualificando o destino para receber um visitante direcionado à observação da fauna e da flora pantaneira.

No setor específico do turismo, além dos esforços supracitados, há uma grande preocupação quanto ao processo operacional relacionados à hospedagem e à educação ambiental dos visitantes. Tal fato pode ser exemplificado na utilização de produtos biodegradáveis, na redução da produção de lixo e na execução de palestras de sensibilização quanto ao meio ambiente do Pantanal.

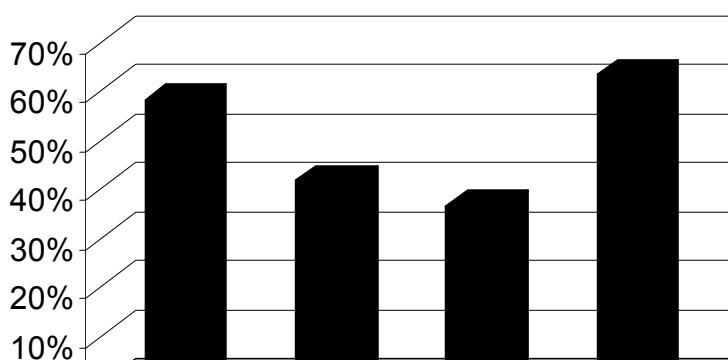
Entende-se, desta forma, que o turismo é uma excelente ferramenta para a conservação do Pantanal, mas que deve, para atingir seus objetivos na manutenção e melhoria do meio ambiente, ser monitorado e avaliado constantemente. Para tanto, está em fase implantação, na Fazenda Rio Negro, do Programa de Monitoramento de Impactos do Ecoturismo, com a definição dos parâmetros, dos indicadores e das formas de avaliação dos impactos decorrentes desta atividade.

Pretende-se, com isto, criarem-se alternativas de desenvolvimento sustentável no Pantanal, através da implantação de modelos e da disseminação da informação e do conhecimento adquirido e, desta forma, não só manter, mas principalmente aumentar a área conservada na região.

5.3. Perfil da Demanda

Tal evolução na estrutura receptiva levou a um crescimento significativo no fluxo de visitantes à Fazenda, possibilitando uma mudança no perfil e nos aspectos sócio-econômicos da demanda real, como mostrado superficialmente nos quadros abaixo:

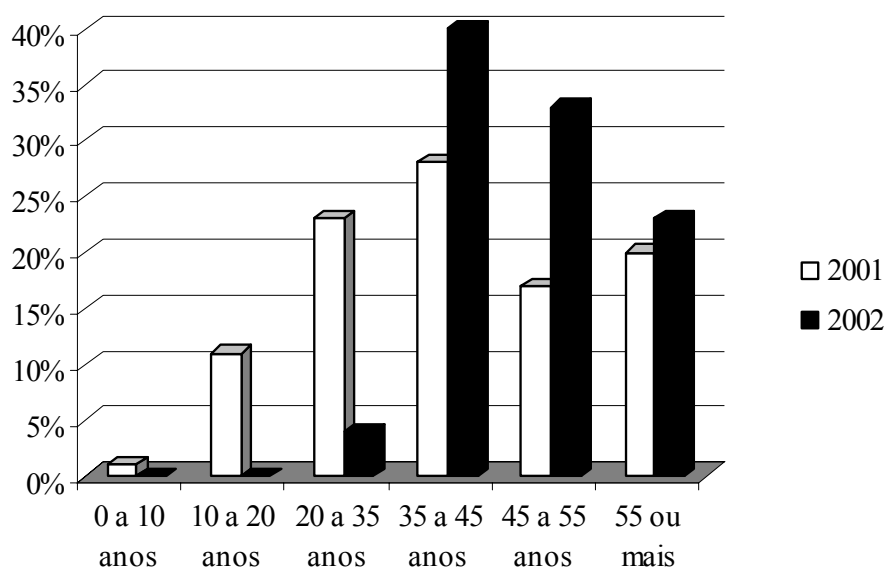
Figura 2: Origem dos Visitantes da Fazenda Rio Negro em 2001/2002



(Fonte: Conservation International, 2003)

Assim, percebe-se o crescimento na demanda internacional para a FRN entre os anos de 2001 e 2002 devido, sobretudo, ao aumento do tamanho e do número dos grupos de voluntários e pesquisadores provenientes da parceria com o Earthwatch Institute que são, em geral, formados por visitantes de outros países.

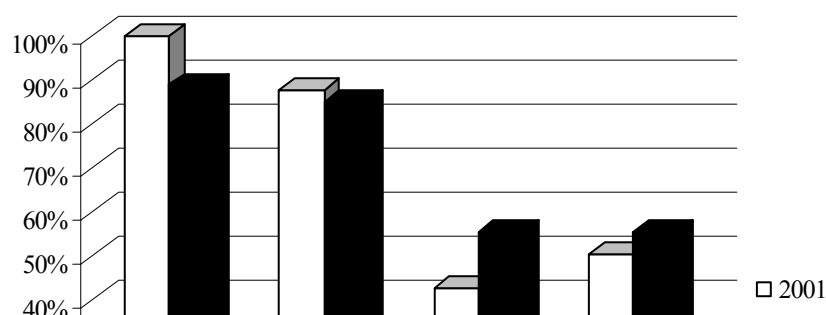
Figura 3: Origem dos Visitantes da Fazenda Rio Negro em 2001/2002



(Fonte: Conservation International, 2003)

Quanto à faixa etária entre todos os hóspedes (nacionais e internacionais) que estiveram na FRN nos anos de 2001 e 2002, nota-se uma pequena elevação da idade média que passou de 40 para 41 anos de idade.

Figura 4: Aspectos Importantes Ressaltados pelos Visitantes da FRN em 2001/2002

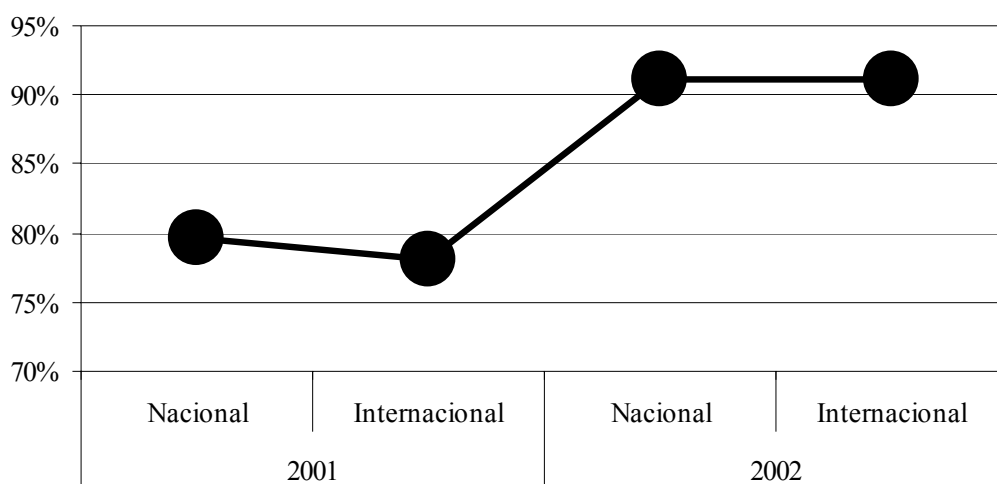


(Fonte: Conservation International, 2003)

Os aspectos mais importantes relacionados à Fazenda Rio Negro que foram ressaltados pela maioria dos visitantes, em 2001 e 2002, foram a localização e a paisagem seguidos da diversidade da fauna. O ambiente familiar e a qualidade dos serviços prestados também mereceram destaque, sendo diferenciados por mais de 50% dos hóspedes.

Por fim, questionados sobre o aumento de seu conhecimento sobre o meio ambiente em geral, cerca de 80% em 2001 e mais de 90% em 2002 responderam que tal fato ocorreu de forma positiva. Ou seja, o turista ao sair da FRN considera que adquiriu informações e compreendeu a natureza de uma forma mais profunda, corroborando com um dos objetivos relacionados ao ecoturismo que é o de educação ambiental.

Figura 5: Aumento do Conhecimento sobre tema “Meio Ambiente”



(Fonte: Conservation International, 2003)

6.0 SUSTENTABILIDADE DO ECOTURISMO NA FAZENDA RIO NEGRO

Entendendo-se que apesar do conceito de desenvolvimento sustentável estar longe de ser uma unanimidade, como citado no relatório da Agenda 21 Brasileira: bases para discussão (2000: 40), havendo diversas análises e críticas sobre os vários aspectos que envolve, para este estudo foram consideradas as sustentabilidades econômica, a social e a ambiental do

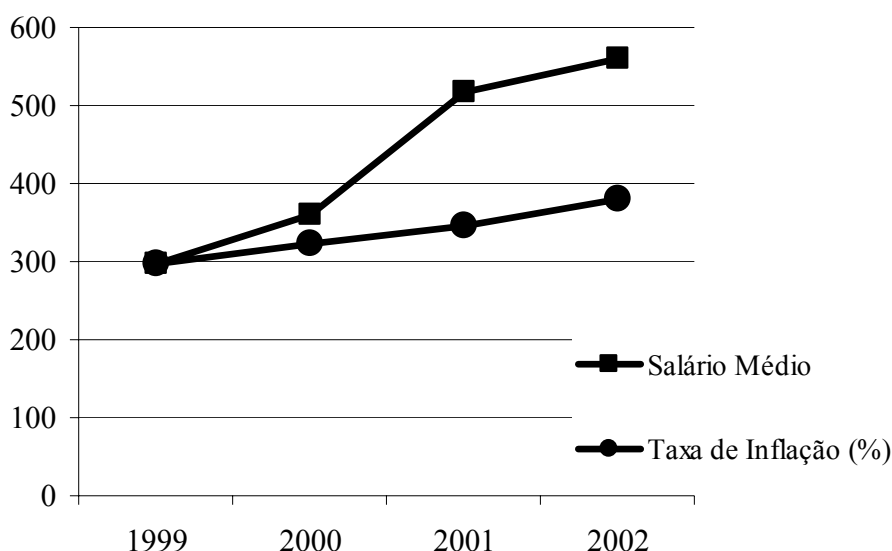
empreendimento de ecoturismo na Fazenda Rio Negro. Salienta-se, entretanto, que tais indicações ainda se encontram em estágio inicial e que servem apenas como instrumentos para a tomada de decisões sobre o direcionamento do empreendimento estar ou não seguindo os parâmetros relacionados à sustentabilidade, não devendo, assim, serem considerados como conclusivos sobre o alcance da mesma num espaço de tempo ainda restrito.

6.1. Sustentabilidade Econômica

Pode-se entender como sustentabilidade econômica aquela que implica numa gestão eficiente dos recursos em geral e se caracteriza pela regularidade de fluxos de investimento – o que quer dizer que a eficiência pode e precisa ser avaliada por processos macro-sociais. Ou seja, inserir no negócio atitudes compatíveis com o conceito de desenvolvimento sustentável, onde práticas econômicas coexistam com a preservação ambiental, ao mesmo tempo em que proporcionam um desenvolvimento social representado pela melhoria da qualidade de vida e redistribuição de renda.

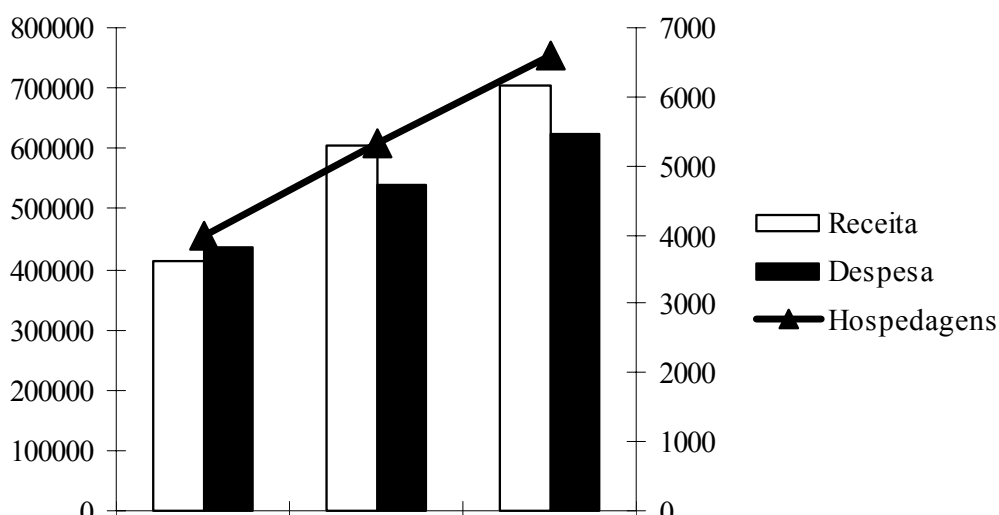
Portanto, utilizando-se de indicadores básicos relacionados ao aspecto econômico, como receita x despesa x número de hospedagens e salário x índice inflacionário, nota-se que a princípio os dados são positivos, como visualizado nas figuras 6 e 7.

Figura 6: Salário Médio x Inflação



(Fonte: Conservation International, 2003)

Figura 7: Receita x Despesa x Número de Hospedagens



(Fonte: Conservation International, 2003)

Tais indicadores demonstram um esforço na melhoria das condições de distribuição de renda, pois transfere aos funcionários – que no Pantanal acabam por serem considerados como a comunidade, parte significativa dos benefícios advindos da operação ecoturística. Neste sentido destaca-se o aumento real dos salários médios que num período de três anos apresentou uma diferença de quase 100%. Tal fato é possível devido a uma maior eficiência operacional, com uma maior demanda possibilitada pelas melhorias na estrutura de hospedagem, acarretando no equilíbrio orçamentário alcançado em 2002.

6.2. Sustentabilidade Ambiental

A sustentabilidade ambiental refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das interferências antrópicas.

Neste sentido, pode-se afirmar que a criação de uma reserva particular (RPPN) em mais de 90% da área é o maior indicador da sustentabilidade ambiental da Fazenda Rio Negro. Tal dado é bastante sugestivo, pois em superfícies anteriormente utilizadas para pastagem de gado cresceram matas nativas, com pouca ou nenhuma interferência humana. Ao mesmo tempo, faz-se o monitoramento das espécies silvestres, estudando sua evolução e seu comportamento, com a indicação de novas formas de manejo que minimizem o impacto negativo das atividades humanas. Dentre estas alternativas, destaca-se o estudo dos carnívoros do Pantanal que, através da criação de um fundo de compensação financeira, ressarcir os proprietários de bovinos que foram mortos por ataques onças na região.

Nota-se, além dos aspectos supracitados, a noção de que a operação ecoturística – focada na área de uso intensivo, provoca impactos negativos e positivos ao meio ambiente, compreendendo impacto como qualquer alteração provocada por uma determinada situação. No entanto, deve-se notar que a alteração ambiental é inerente a qualquer atividade econômica humana e que é justamente neste hiato que reside o desafio da conservação e da sustentabilidade, ou seja, utilizar os recursos naturais com a disponibilidade de biomassa existente.

Assim, devido à tendência de crescimento no fluxo de visitantes ao Pantanal como um todo e à Fazenda Rio Negro em particular, desenvolve-se na área um projeto de manejo da visitação, identificando a forma de uso e os impactos decorrentes das atividades ali desenvolvidas, propondo, como resultado, ações que melhorem as práticas das operações turísticas na área.

Por fim, dentre as diversas ações que alteraram a estrutura do empreendimento visando uma maior eficácia operacional com a minimização dos impactos destacam-se a implantação do sistema de saneamento básico e a instalação de um sistema de coleta seletiva e reciclagem de lixo.

Por fim, alicerçada pelos componentes acima mencionados, tem-se a noção de que a sustentabilidade deve fazer parte de um processo contínuo e progressivo, não significando adiar decisões e ações vitais para que ela ocorra, e sim retirar paulatinamente a legitimidade de mecanismos e instrumentos que leva a economia e a sociedade a permanecer em bases insustentáveis. Para isso, pretende-se romper os círculos viciosos da produção, que

prejudicam o meio ambiente e exclui dos benefícios grande parte das comunidades na sua área de abrangência, promovendo alternativas que obedecem a critérios de conservação ambiental duradouros e aperfeiçoamento progressivo nos padrões de repartição de benefícios.

6.3. Sustentabilidade Social

Segundo o relatório da Agenda 21 Brasileira, a sustentabilidade social tem como referência o desenvolvimento e como objeto a melhoria da qualidade de vida da população. Em países com desigualdades, implica a adoção de políticas distributivas e/ou redistributivas e a universalização do atendimento na área social, principalmente na saúde, educação, habitação e seguridade social.

Neste caso já foi citada a melhoria da renda propiciada pelo negócio ecoturístico, notando-se que ao mesmo tempo se desenvolveram as seguintes ações sociais:

- a implantação de um sistema de abastecimento de água, provendo aos residentes água potável de forma permanente e contínua;
- a construção de novas residências para os funcionários, possibilitando uma melhor moradia aos residentes fixos da Fazenda; e
- a parceria com outras instituições para a visita mensal de médicos à região, acarretando numa medicina mais preventiva que minimiza o potencial de desenvolvimento de problemas relacionados à saúde.

Cabe aqui ressaltar a difícil mensuração dos aspectos sociais relacionados à sustentabilidade do negócio ecoturístico como um todo, dentre estes a valorização do artesanato e da herança cultural, o orgulho étnico, e a valorização e preservação do patrimônio histórico, muitas vezes responsáveis pelo renascimento de atitudes em desuso, valorizando o passado e a cultura do povo pantaneiro.

Em geral, pode-se afirmar que a comunidade residente na Fazenda Rio Negro olha o ecoturismo com otimismo, pois vê a possibilidade de geração de emprego e de equidade social, a valorização de sua cultura e a preservação ambiental, bem como provê a oportunidade de refletir seu orgulho em sua cultura e incentiva a educação cultural, entre outras coisas.

Do mesmo modo, vale a pena ressaltar que muitas vezes os ecoturistas também podem apresentar mudanças de comportamento em função do que foi visto e falado. Afinal, o intercâmbio cultural é mútuo entre as comunidades receptoras e o visitante. Neste sentido, Healy e Harvey & Hoare (apud Diamantis, 1999: 112), identificam algumas perspectivas em relação aos ecoturistas:

- primeiramente, as atitudes do ecoturista pós-viagem podem ser diferentes como resultado de uma melhor compreensão das questões ambientais e culturais das destinações. Este turista pode se tornar um ativista ou um colaborador em alguns eventos relacionados à conservação ou à cultura em sua comunidade;
- pode beneficiar, especialmente, pelo merchandise dos produtos adquiridos nas localidades, colaborando para o desenvolvimento sustentável e para a educação ambiental.

Entende-se, então que de fato, o ecoturismo, como um dos representantes de maior peso no conceito de desenvolvimento sustentável, não pode deixar de valorizar a participação da comunidade receptora, inclusive por que esta é uma das singularidades do próprio produto ecoturístico.

7.0 CONCLUSÃO

A conservação do meio ambiente do Pantanal é o objetivo principal e o foco de todas as decisões sobre o direcionamento das atividades a serem desenvolvidas na Fazenda Rio Negro.

Neste sentido o ecoturismo é visto como um setor estratégico no qual é possível conjugar-se a existência de uma atividade econômica com a conservação e a valorização da comunidade. Apesar da constatação de tal direcionamento, há a compreensão de que o ecoturismo enquanto ocupação inserida no contexto do desenvolvimento sustentável, é não só um conceito em construção, mas também um desafio na sua implantação. Neste sentido, Pires (1998: 80) nota que “(...) baseado nos condicionantes impostos pela realidade enfrentada pelo ecoturismo, tem-se que a sustentabilidade absoluta, verdadeira ou completa, assim apregoada através dos princípios que o ecoturismo consagrou em sua retórica conservacionista, dificilmente é atingida mesmo nos projetos e programas desenvolvidos em nome do ecoturismo”. Para o autor, os fatores que mais contribuem para essa desmistificação estão no campo social e econômico, onde no primeiro caso se verifica concretamente o quão complexo é por em prática a gestão comunitária participativa em projetos ou empreendimentos ecoturísticos, sem que esta não enfrente conflitos de interesses dentro e fora da comunidade. Constata-se, então, que o estabelecimento de um negócio sustentável na Fazenda Rio Negro está apenas no início, com apenas quatro anos, e que apesar de longo o caminho é possível e viável devendo gerar benefícios para a comunidade e para o meio ambiente do Pantanal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, Mario. Turismo como Competitividade Sustentável. Lisboa: Verbo, 1997.
- _____. Projectos Turísticos: identificación, localización y dimensionamiento. México: Diana, 1995.
- BENI, Mário Carlos. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: Editora SENAC, 1998. 427 p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei No. 9.985/2000.
- BOO, Elisabeth. Ecoturismo: potenciales y escollos. Washington D. C.: WWF, 1990. 226 p.
- BOSSELMAN, Fred P., PETERSON, Craig A., MC CARTHY, Claire. Managing Tourism Growth: issues and applications. Washington: Island Press, 1999. 304 p.
- BOULLON, Roberto. Ecoturismo: sistemas naturales y urbanos. Buenos Aires: Librerías Turísticas, 1993. 98 p.
- BURNS, Peter, HOLDEN, Andrew. Tourism: a new perspective. New York: Prentice Hall, 1995.
- CAPECE, Gustavo. Turismo Sostenido y Sustentable: una visión holística. Periodística El Bolsón, 1997.
- CATER, Earlet, GWEN, Lowman (org.). Ecotourism: a sustainable option? 4 ed. West Sussex: Wiley, 1998. 218 p.
- CEBALLOS - LASCURÁIN, H. Tourism, Ecotourism and Protected Areas: the state of nature – based tourism around the world and guidelines for its development. Gland: IUCN, 1996. 301 p.
- CEFAT. Elementos Básicos para un Turismo Sostenible en las Areas Naturales. Madrid: 1996.
- COOPER, Chris, et al. Tourism: principles and practices. Essex: Longmann, 1991. 290p.
- CROSBY, Arturo, MOREDA, Adela. Elementos Básicos para un Turismo Sostenible en las Areas Naturales. Madrid: CEFAT, 1996. 141p.
- DIAMANTIS, D. The Concept of Ecotourism: evolution and trends. Current Issues in Tourism. Vol. 2: 93-122. 1999.
- DOSWELL, Roger. Tourism: how effective management makes the difference. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1997. 319 p.
- HALL, Michael Colin, JENKINS, John M. Tourism and Public Policy. London: Routledge, 1995. 116 p.

- HALL, M. & LEW, A. (org.). Sustainable Tourism: a geographical perspective. Essex: Wesley, 1998. 236 p.
- HENRY, Ian P (org.). Management and Planning in the Leisure Industries. London: Mc Millan, 1990.
- HERAS, Mónica Pérez. Ecoturismo: o cómo conservar la naturaleza a través del turismo. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 1999. 277 p.
- HUGO, M. L., BEWSHER, P. K. (ed.) Manual for Training Seminar in Planning of Hiking Trails. Pretoria: University of Pretoria, 1993. 118 p.
- KINKER, Sônia. Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais Brasileiros: estudo de caso dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Caparaó. São Paulo: 1999. Dissertação de Mestrado no PROCAM – USP. 429 p.
- KRIPPENDORF, J. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989. 235 p.
- KUSS, F. R., et al. Visitor Impact Management. Vol. 1. Washington D. C.: National Parks and Conservation Association, 1990.
- LAWS, Eric. Tourist Destination Management: issues, analysis and policies. London: Routledge, 1995. 208 p.
- LEMONS, Amália Inês (org.). Turismo: Impactos Socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LICKORISH, L. Desarrollo de Destinos Turísticos: políticas y perspectivas. México: Diana, 1994.
- LINDBERG, K., ENRIQUEZ, J. An Analysis of Ecotourism's Economic Contribution Conservation and Development in Belize. Vol. 1 e 2. WWF, 199-.
- LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald E. Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Editora SENAC, 1995. 292 p.
- MAGRO, Teresa C. Impactos do Uso Público em Uma Trilha no Planalto do Parque Nacional de Itatiaia. São Carlos: 1999. Dissertação de Doutorado na EE – USP. 134p.
- MC INTOSH, GOELDNER, et al. Tourism: principles, practices and philosophies. 7 Ed. New York: Wiley, 1995.
- MIDDLETON, Victor T. C., HAWKINS, R. Sustainable Tourism: a marketing perspective. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1998. 266 p.
- NOVAES, Washington (Coord.), RIBAS, Otto, NOVAES, Pedro. *Agenda 21 Brasileira*: bases para discussão. Brasília: MMA / PNUD, 2000. 196 p.
- OMT. Guidelines: development of national parks and protected areas for tourism". Madrid: OMT/UNEP-IE/PAC, 1992. Technical Report. Series n.13.
- OMT. Ordenación de los Parques Nacionales y Zonas Protegidas para el Turismo. Madrid: 1992. 52p. + Ilust.,.
- OUR OWN AGENDA. Latin American and Caribbean Commission on Development and Environment. Inter-American Development Bank. United Nations Development Programme, 1990. 93 p.
- PRADO, A. Impactos do Ecoturismo no Parque Estadual da Serra do Mar: Núcleo Cubatão. São Paulo: 2001. Dissertação de Mestrado na ECA – USP. 181 p.
- PIRES, Bely C. Gestão em Agências de Ecoturismo e sua Inserção no Contexto da Sustentabilidade. São Paulo: 1998. Dissertação de Mestrado na FEA – USP. 193 p.
- PIRES, P. Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista. São Paulo: 1998. Dissertação de Doutorado na FFLCH – USP. 217 p.
- RUSCHMANN, D. Planejamento Sustentável do Turismo: a questão ambiental. 2 ed. Campinas: Papirus, 1998.
- SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Ed. Revista do Tribunal, 1986. 206 p.
- SANTOS, Luiz M. Haddad Pereira. Planejamento do Ecoturismo em Áreas Protegidas. In: WORLD ECOTOUR 2000, Salvador, Anais... Salvador: Biosfera, 2000. p. 9 – 11.